

Syllabus

Nº1



O CONCEITO DE SI

Reflexões Sobre a Identidade

Syllabus – Documentos para Reflexão Interdisciplinar

O CONCEITO DE SI

Reflexões sobre a identidade

Carlos Marques Simões

Helena Ralha-Simões



Ficha técnica:

GREI

**Grupo de Estudos
Interdisciplinares**
www.grei.pt



Syllabus nº1 — Documentos para Reflexão Interdisciplinar

Título: O CONCEITO DE SI – Reflexões Sobre a Identidade

Autores: Carlos Marques Simões e Helena Ralha-Simões

Coordenação: Carlos Marques Simões

Data: 2021

Capa: Lena Ralha, 2019. “Identidades” (gravura de colagem)

O CONCEITO DE SI

Reflexões Sobre a Identidade

Syllabus

Destinam-se à apresentação de textos sobre temáticas diversas, organizados e coordenados pelo Prof. Doutor Carlos Marques Simões com a eventual colaboração de outros investigadores-titulares do **GREI** e de cientistas e especialistas nos domínios abordados.

A sua seleção é feita no sentido da partilha de diferentes pontos de vista nos diversos domínios do saber, conducente a uma reflexão interdisciplinar. Trata-se, em geral, de documentos elaborados em contextos académicos, profissionais ou outros, cuja relevância, qualidade ou interesse para fundamentar questões epistemologicamente pertinentes se considera merecerem adequada difusão no contexto do **GREI**.

Os respetivos autores que os subscrevem disponibilizam estes textos à consulta pública através do **GREI**, visando assim contribuir para promover o diálogo interdisciplinar. Facultam-se, deste modo, a estudantes, colegas e estudiosos das questões aí tratadas, materiais muitas vezes dispersos, não editados nem publicados anteriormente, embora possam já ter sido de algum modo sido objeto de divulgação restrita.

Em cada um dos **Syllabus** é feita referência ao contexto em que foi inicialmente apresentado, mencionando-se o seu carácter fiel ao original ou adaptado, as instituições, os projetos, etc. em que teve origem, bem como a data, a eventual supervisão científica de que tenha sido objeto, a participação ou o contributo de outros autores, bem como a língua em que foi originalmente apresentado.

Syllabus Nº1

O CONCEITO DE SI – Reflexões Sobre a Identidade

Uma primeira versão deste texto surgiu em junho de 1982 sob o título *Concept de soi: notions et théories*.

Documento elaborado por Carlos Marques Simões e Helena Ralha-Simões no âmbito da unidade curricular de *Questions Approfondies de Psychologie du Développement Humain*, sob a orientação da Prof.^a Doutora Christiane Vandenplas-Holper, no quadro das suas *Épreuves Préparatoires au Doctorat en Psychologie* (Provas Preparatórias para o Doutoramento em Psicologia) realizadas, por cada um dos autores, entre 1981 e 1983 na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade Católica de Lovaina (Lovaina-a-Nova - Bélgica).

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	9
2. PRINCIPAIS CLARIFICAÇÕES	10
2.1. O PROBLEMA DO <i>EU/SI</i>	11
2.1.1. Ego ≠ self (distinção habitual)	11
2.1.2. <i>Ego</i> = <i>Self</i>	12
2.2. ABORDAGEM SIMPLES OU MULTIDIMENSIONAL?	12
2.3. SI FENOMENAL E SI NÃO- FENOMENAL	13
2.4. A QUESTÃO TERMINOLÓGICA	13
2.4.1. Da consciência de <i>si</i> ao conceito de <i>si</i>	14
3.1. A TEORIA DA PERSONALIDADE DE ROGERS	15
3.2. A ABORDAGEM SOCIAL DE GEORGES HERBERT MEAD	18
4. A ABORDAGEM PSICANALÍTICA	21
4.1. O <i>EU</i> NA PSICOLOGIA PSICANALÍTICA DE HEINZ HARTMANN	23
4.2. O SI NA CONCEÇÃO TEÓRICA DE EDITH JACOBSON	25
4.3. O <i>S/</i> E A IDENTIDADE – A ABORDAGEM DE ERIKSON	27
BIBLIOGRAFIA	28

INTRODUÇÃO

Não é fácil definir ou delimitar o conceito de *si*¹; não só dada a multiplicidade de perspectivas teóricas existentes, mas sobretudo devido à confusão terminológica que de um modo geral surge associada à sua especificação. L'Ecuyer (1978) evidencia bem a complexidade desta tarefa quando procura clarificar as numerosas e subtis distinções, no seu entender, passíveis de serem identificadas nos muitos autores que se ocuparam do tema.

Embora a empresa possa ser levada a cabo mediante uma abordagem metodicamente organizada, trata-se de um assunto que, tal como refere Perron (1964, p.337), constitui “um campo de estudo suficientemente vasto para que fosse possível construir aí uma torre de Babel”, tornando-se por isso indispensável “*submeter* [cada proposição] a uma tripla análise: antes de mais semântica; em seguida metodológica e, finalmente, epistemológica”.

Por outro lado, como defendem Bernoud e Cartron-Guerin (1976) será também útil mencionar um outro ponto controverso, designadamente a conveniência em se distinguir entre o “*si*” e o “*conceito de si*” (ou o “*conhecimento de si*”). Com efeito, se bem que L'Ecuyer não se debruce explicitamente sobre esta questão², consideramos tratar-se de um outro obstáculo a ser obrigatoriamente tido em conta quando se procura clarificar este tema.

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A problemática do *si* (*soi, self*) ou do *eu* (*moi, I*) e do *conhecimento de si* (*connaissance de soi, self-concept*) é uma preocupação bastante comum na história da humanidade, pois que se encontrava já presente na cultura da Grécia Antiga (Brès, 1975) e nas antigas civilizações orientais (Duyckaerts, 1975^a). Ao longo de vários séculos, a sua abordagem foi sendo levada a cabo no âmbito da Filosofia podendo identificar-se certos aspetos que ainda hoje em dia mantêm bastante atualidade. A este respeito, como referem Thinès e Lempereur (1975, p.890) deve mencionar-se Kant que distinguia já entre “o *si* fenomenal ou empírico (o “*si*” objeto que é estudado pela Psicologia) e o *si* nomenal ou racional (...)”. Note-se que esta distinção não se afasta muito do esquema taxonómico apresentado por William James em finais do século XIX – na sua obra *Principles of Psychology* de 1890 – onde se assumia a existência de dois tipos de *si*: o *si* cognoscente (*knowing self*) e o *si* empírico, defendendo que este último incluiria três subtipos subsidiários: o *si* material, o *si* social e o *si* espiritual³.

Este exemplo mostra que, de certo modo, se nos colocarmos sob um ponto de vista histórico, nem sempre é fácil discernir se cada autor está a focalizar a noção de *si* sob uma perspectiva científica ou se está ainda a utilizar um modelo eminentemente filosófico. Contrariamente ao que se poderia esperar, o nascimento da Psicologia experimental não provocou imediatamente um desinteresse por este tema. Na verdade, por exemplo Gordon Allport (1943, cit. por Gordon e Gergen, 1968^c, p.25), afirma a este propósito que

“até cerca de 1890 certos autores americanos, incluindo Dewey, Royce e James, continuaram a encarar o *si* (*self*) como um conceito necessário. Sentiam que os

¹ Preferimos traduzir para o português “*concept de soi*” por *conceito de si* a fim de evitar algumas das muitas ambiguidades ligadas ao termo autoconceito, que muitas vezes é o proposto para a sua tradução.

² Este autor utiliza indistintamente os termos “*si*” e “*conceito de si*” (L'Ecuyer, 1978, pp.16-37).

³ No entender de Gordon Allport (1943, cit. por Gordon e Gergen, 1968, p.27) “este esquema, se encarado na perspectiva da pesquisa psicanalítica e experimental modernas, parece, todavia, pouco adequado”.

conceitos da Nova Psicologia tinham perdido a unidade manifesta que está inerente ao funcionamento mental. No entanto, nos cinquenta anos subsequentes muito poucos psicólogos americanos fizeram uso deste conceito”.

Certos estudiosos⁴ consideram que um maior interesse pelo problema do *si* começou apenas a ser evidenciado a partir do início do século XX. Neste contexto, as abordagens integracionistas de Baldwin (1895), Cooley (1902) e Mead (1913) representam, de um ponto de vista histórico, um assinalável contributo nesse sentido. Na verdade, nos anos vinte, como nos lembra Perron (1964, p.357)

“(…) o behaviorismo triunfante veio desacreditar a introspeção que até então era o método principal do estudo do *eu* (...). A Psicologia, ciência dos comportamentos observáveis, não deveria, segundo então se pensava, ser sobrecarregada com noções tão ilusórias quanto pouco ‘úteis’; por conseguinte, o *eu* foi deixado aos filósofos e aos literatos. Entre 1920 e 1940, o próprio termo desapareceu completamente das publicações da Psicologia científica”.

Todavia, como afirma Sherif (1968, p.150), *“em particular desde os anos quarenta, os problemas relacionados com o conceito de si (self-concept) assumiram-se como tópicos indispensáveis e legítimos para o estudo científico em Psicologia”*. Curiosamente, segundo este mesmo autor

“O interesse pelo si (self) pode ser melhor apreciado se tivermos em consideração os anos do seu relativo desuso (...). Estes anos correspondem mais ou menos ao período da preocupação dominante em afirmar a natureza científica da Psicologia, erradicando-lhe quaisquer conceitos associados com as suas origens filosóficas”.

Durante estes anos, “o bravo novo mundo do cientismo era representado pelos modelos de Wundt e Titchener e pelo behaviorismo de Watson”. (Sherif, 1968, p.150). Na mesma época, contudo, “(...) esta noção foi desenvolvida pela Psicanálise, numa ótica inteiramente nova, que fez do eu uma das três grandes instâncias do psiquismo” (Perron, 1964, p.357).

Finalmente, em 1943, Gordon Allport publicou o seu artigo *The ego in contemporary Psychology*. No entender de Perron (1964, p.357) é esta publicação que *“asinala o começo de uma nova era”*.

2. PRINCIPAIS CLARIFICAÇÕES

O objetivo central deste ponto é a descrição sucinta das principais distinções teóricas relativas ao *conceito de si*, a fim de destacar os elementos essenciais para a compreensão das diferentes perspetivas que o focalizam. Assim – e partindo do esquema de L’Ecuyer (1978, pp.18-19) – são evidenciados os seguintes tópicos:

“(…) o problema da distinção entre o *ego* e o *self*; as distinções e as analogias entre a terminologia europeia e a americana; a *consciência de si*, a *percepção de si*, a *imagem de si* e a *representação de si*, sejam elas entendidas enquanto unidades

⁴ Cf., por exemplo, *O desenvolvimento do ego* de Jane Loevinger (tradução portuguesa de *Ego Development, Syllabus for a Course*) editado por O. Gouveia Pereira, J. Correia Jesuino e L. Joyce-Moniz, (1980) pp.216-217.

simples ou multidimensionais; e, finalmente, a distinção progressiva entre um *conceito de si fenomenal* e um *conceito de si não fenomenal*".

2.1. O PROBLEMA DO EU/SI

L'Ecuyer (1978, p.19) defende que, desde a emergência do interesse manifestado pela Psicologia acerca do domínio do *conceito de si*, as tentativas de distinção entre o *eu (moi)* e o *si (ego ou self)* têm levado à suposição de se tratar de duas realidades bem diversas, uma das quais estaria ligada aos aspetos percetuais (a que corresponderia o termo *si*) enquanto que a outra (denominada *eu*) se encontraria mais relacionada com os processos ativos ligados com a identidade. Todavia,

"as coisas (...) foram-se tornando (...) gradualmente mais complexas ao longo dos anos fazendo com que esta primeira distinção fosse seguida por diversas outras, sob cuja influência os processos percetuais e ativos já não se estão tão claramente divididos correspondendo a cada um dos dois termos (...)."

Neste enquadramento, constata-se que certos autores utilizam indiferentemente os termos *eu* e *si*, atribuindo outros ao *si* certas funções do *eu*. Noutros casos ainda, esta distinção é totalmente inversa o que faz com que *"(...) a confusão seja então total, (...) tornando-se, neste caso, o si tributário dos processos ativos, correspondendo o eu ao aspeto percetual"* (L'Ecuyer, 1978, p.19). Com efeito

"Por razões difíceis de explicar, na manutenção da distinção entre o eu (ego) e o si (self), as funções atribuídas a cada um deles estão muitas vezes completamente invertidas em relação ao que, de um modo geral se convencionou: de tal modo que as funções percetuais são imputadas ao eu (ego) e as funções ativas (e processuais) são assumidas pelo si (self)" (Bertocci, 1945, cit. por L'Ecuyer, 1978, p.23).

Procurando clarificar este imbróglio, L'Ecuyer (1978, p. 20) reagrupa as principais classificações em três categorias distintas⁵: *"(...) a que se faz geralmente: em que eu (ego) ≠ do si (self); a que encontraremos com maior frequência: em que o eu (ego) = ao si (self); e a que encontraremos [apenas] algumas vezes: com sentidos inversos entre si"*.

2.1.1. Ego ≠ self (distinção habitual)

Neste caso, o *ego (eu)*⁶ engloba um conjunto de processos ativos: pensamento, memória, percepção, etc., equivalentes às funções do *eu* da Psicanálise. Esta noção diz, portanto, respeito a tudo o que pertence *"(...) ao domínio da ação da pessoa, a tudo o que o sujeito faz para preservar a sua adaptação, para promover ou defender o seu self (si ou conceito de si)"* (L'Ecuyer, 1978, p.20).

O *self (si)* inclui aspetos percetuais: atitudes, sentimentos, percepções e avaliações que a pessoa faz a seu próprio respeito. Refere-se ao que cada pessoa pensa acerca de si-própria. No entender de L'Ecuyer (1978, p.22):

"As expressões mais correntemente utilizadas para traduzir as componentes mais percetuais do conceito de si são: o si (self), o eu (proveniente da tradução do termo inglês me), o si-enquanto-objeto (self-as-object), aquele que percebe (percebedor

⁵ As duas primeiras categorias serão abordadas a seguir nos pontos 2.1.1. e 2.1.2.

⁶ L'Ecuyer (1978, p.21) menciona também outros termos utilizados por certos autores; por exemplo o *eu* (*je* em francês ou *I* em inglês) e o *si-enquanto agente*.

ou o self-enquanto percebedor), o conceito de si, a imagem de si e a representação de si”.

Para o referido autor, a distinção acima mencionada “(...) *deve ser considerada como a mais convencionalmente aceite pela maioria daqueles que separam entre ego e self*”.

2.1.2. Ego = Self

Alguns outros estudiosos, nomeadamente Ruth Wylie e Gordon Allport, consideram que os dois termos, *ego* e *self*, são equivalentes, o que corresponderia a dizer que os aspetos perceptuais e os ativos podem ser incluídos no âmbito de um mesmo sistema. Esta opção teórica não elimina, todavia, a questão terminológica. De facto,

“(...) certos (de entre eles) utilizarão apenas o termo ego, ou o ‘eu’, ou apenas o termo self (o ‘eu, o ‘si’, o conceito de si) atribuindo-lhe uma dupla significação: outros utilizarão indiferentemente as duas expressões no seio de um mesmo texto. Finalmente, outros, embora reconhecendo ao *ego* ou ao *self* uma dupla função ativa e perceptual, tentarão, no entanto, atribuir certas funções ativas e perceptuais ao self e determinado grupo de funções diferentes ao ego” (L’Ecuyer, 1978, p.23).

A abordagem de Allport (1943, cit. por L’Ecuyer, 1978, p.23) constitui, deste ponto de vista, uma tentativa de resolução do problema mencionado. Embora distinguindo o *eu (je)* do *mim (moi)*, propõe que estas “(...) duas entidades abranjam uma mesma realidade, considerada como sendo aquilo que é usualmente chamado self”. Finalmente, para evitar as confusões entre os seus respetivos sentidos, Allport prefere substituir mesmo o termo *self* pelo termo *proprium*.

2.2. ABORDAGEM SIMPLES OU MULTIDIMENSIONAL?

O estudo do *conceito de si* (ou do *si*) pode ser levado a cabo sob ângulos diferentes. L’Ecuyer (1978, p.35) considera que

“(...) certos autores recorrem a um conceito de simples ou único quando os seus estudos dizem respeito a um aspeto particular e delimitado do conceito de si (...)”. [Outros, pelo contrário,] “(...) utilizam uma noção multidimensional (...) [nomeadamente] aqueles que (...) estudam simultaneamente várias dimensões diferentes do conceito de si e as suas interrelações.”

Por seu turno, Gordon et Gergen (1968, p.6) – que estabelecem igualmente uma distinção entre as diferentes abordagens – consideram, por outro lado, a tendência para se “ver o *self* como entidade única, conceito, Gestalt ou colagem de percepções”. Deste ponto de vista, pode afirmar-se que “(...) tais abordagens assumem que a pessoa tem uma forma de base própria de ser ver a si própria e que esta perspetivação básica vai influenciar o seu comportamento através das várias situações, evoluindo também ao longo do tempo”.

Em contraste, sugerem a existência de um outro grupo de teorias que caracterizariam o *si* como sendo múltiplo. Ora,

“(...) esta perspetiva é em parte resultante da observação de que o comportamento do indivíduo é não só altamente variável de uma situação para outra, mas que, muitas vezes, é também inconsistente. As variações nas condutas, podem assim levar-nos a inferir variações ao nível psicológico”.

No entender de L'Ecuyer, no que respeita à primeira das categorizações mencionadas, entre estas teorias incluem-se, por exemplo, as abordagens de Georges Herbert Mead, Erich Fromm e Carl Rogers e, relativamente à segunda, as de William James, John Baldwin ou Harry Stack Sullivan. Ao comparar a sua própria categorização com a de Gordon et Gergen (1968), aquele autor (L'Ecuyer, 1978, p.37) tece o seguinte comentário:

“Portanto, não é caso para ficarmos surpreendidos se virmos autores serem identificados de forma nitidamente oposta em ligação com uma ou outra destas duas categorias, consoante a sua teoria e as suas pesquisas tiverem sido analisadas a partir de um ou de outro destes dois esquemas de referência”.

2.3. SI FENOMENAL E SI NÃO- FENOMENAL

L'Ecuyer (1978, p.37) defende que é necessário distinguir entre um “*si fenomenal*” e um “*si não-fenomenal*”, considerando que “*o si fenomenal [se refere] (...) em geral ao conjunto das perceções que o indivíduo elabora acerca de si mesmo e das quais está consciente*”. Todavia, há que ter presente que

“Uma vez que (...) uma porção de si próprio pode permanecer desconhecida ou, pelo menos, encontrar-se velada ou deformada pela intervenção dos mecanismos de defesa, o *conceito de si* – um pouco paradoxalmente – pode incluir igualmente uma parte inconsciente, chamada então si não fenomenal, o qual constituiria particularmente o objeto da abordagem psicanalítica”.

Perante esta situação – e de modo análogo ao que encontramos na literatura científica americana que utiliza ambas as expressões – L'Ecuyer (1978, p.37) considera que “não é pois de estranhar ver surgir eventualmente, em língua francesa, as expressões *conceito de si fenomenal* e *conceito de si não fenomenal*.”

2.4. A QUESTÃO TERMINOLÓGICA

Relativamente à problemática que nos ocupa, uma das questões que levanta maiores dificuldades é a questão terminológica. De facto, a profusão de termos existentes neste domínio levanta graves obstáculos a nível teórico, impedindo uma formulação clara dos diversos problemas analisados. Esta complexidade pode ser ilustrada mediante a comparação entre os autores americanos e europeus. L'Ecuyer (1978, p.26) afirma a este respeito que “(...) Em vez da expressão *si* ou *conceito de si* utilizada na América, os investigadores europeus preferem as expressões *imagem de si* ou de *eu (moi)*, *perceção de si*, *representação de si* ou, anda, *consciência de si*.”

E acrescenta,

“Esta preferência alicerça-se em pelo menos duas razões fundamentais. A primeira razão refere-se, sem dúvida, à orientação preponderante da própria pesquisa, a qual é, em geral, conduzida junto da criança muito jovem. Detivemo-nos assim sobretudo na origem da *consciência de si* para podermos assistir (...) aos próprios começos do aparecimento do que parecem constituir os primeiros elementos da *consciência de si*, os quais permitirão gradualmente a elaboração de uma certa *imagem de si*.”

Esta citação permite-nos exemplificar um dos principais aspetos do problema. Efetivamente, L'Ecuyer (1978) não utiliza as expressões “*conhecimento de si*” ou

“*reconhecimento de si*” para se referir aos trabalhos de René Zazzo. Ora, para este último, “*consciência de si*” não é “*reconhecimento de si*”, definindo também, por outro lado, embora um pouco paradoxalmente, o reconhecimento enquanto “a identificação de uma *imagem de si* até então desconhecida” (Zazzo, 1975, p.146).

Esta aparente contradição resultaria, na opinião de Mounoud e Vinter (1981^b, p.7) “dos laços estreitos que este conceito mantém com os conceitos de *consciência* e de *representação*”.

Voltando a questões terminológicas de um teor mais geral, podemos evidenciar ainda outras distinções. A este propósito, Mounoud e Vinter (1981^b, pp.7-8) defendem que “existe, efetivamente, uma profusão de termos para qualificar a problemática do *reconhecimento de si*, tais como *percepção de si*, *imagem de si*, *conceito de si*, *representação de si*, *noção de si* e, bem entendido, *consciência de si*”.

Finalmente, se compararmos esta última enumeração com a que foi mencionada no início deste ponto, realçam-se as seguintes expressões comuns às duas: *percepção de si*, *imagem de si*, *representação de si*, *consciência de si* e *conceito de si*. Apesar de as duas perspectivas referidas serem, no nosso entender, suficientemente exaustivas, as diferenças existentes ao nível terminológico são ainda visíveis. Mas a maior dificuldade é que “os psicólogos parecem ficar bastante embaraçados sem conseguir decidir se as denominações são ou não equivalentes; ou se se referem eventualmente a uma mesma problemática” (Mounoud e Vinter, 1981^b, p.8).

Em suma, como afirma L’Ecuyer (1978, p.27), “a análise mais aprofundada da literatura (...) leva-nos a crer que existiria uma progressão na evolução da organização da terminologia”. Segundo ele, “esta progressão (...) segue de perto (...) a evolução do próprio conceito”. Assim, procuraremos aqui passar em revista algumas das distinções estabelecidas relativamente aos diversos termos que são habitualmente utilizados, tendo em conta a génese do desenvolvimento do *si*.

2.4.1. Da *consciência de si* ao *conceito de si*

No início da vida, a criança encontra-se num estado mais ou menos indiferenciado, sendo apenas em resultado dos seus constantes contactos com o meio exterior que vão emergindo diferentes estados de *consciência* a partir das suas numerosas experiências.

“(...) Estas impressões diversas, inicialmente indiferenciadas, constante e intimamente ligadas com múltiplas relações interpessoais com a ou com as primeiras pessoas do meio circundante da criança, estão na base do desenvolvimento da *consciência* (...): constituindo primeiro a *consciência* de outrem, ao que parece, para conduzir um pouco mais tarde aos primeiros elementos do estabelecimento da *consciência de si* (...). Em suma, é todo um processo de diferenciação entre o *eu* e o *não eu* (ou do *si* e não *si*) que está aqui em ação” (L’Ecuyer, 1978, p.28).

As sensações e impressões, de início difusas e pouco diferenciadas, vão-se articulando progressivamente de modo a constituírem imagens cada vez mais concretas, as quais representam as primeiras imagens de *si* que povoam os primeiros conteúdos da *consciência* de que a criança vai dispor.

“Estas primeiras *imagens de si* dizem respeito às percepções que a criança tem do seu corpo (*imagem corporal*, *si somático*) e progressivamente a todo um conjunto de outros elementos percetuais que contribuem para a elaboração de um certo

sentido de *identidade de si*. (...) Estas imagens, exclusivamente ligadas aos conteúdos primitivos iniciais da consciência (cinestésias e quinestésias), conservam, mesmo posteriormente (...), um carácter de isolamento, de justaposição umas em relação às outras” (L’Ecuyer, 1978, p.29).

De início essas imagens têm pouca ligação, sendo percepções da criança acerca de si própria pouco nítidas e diferenciadas, cujas interrelações ainda lhe escapam; vai ser a sua progressiva interligação até se organizarem num todo global e coerente que lhes irá permitir finalmente estabelecer uma sensação de identidade mais consistente e aprofundada. É assim que, no decurso do desenvolvimento, vai emergindo gradualmente a representação de si do sujeito. Com efeito,

“À medida que estas primeiras representações de si mais globais se organizam e estruturam estabelecem-se laços ainda mais estreitos, completos e profundos entre as diferentes *percepções, imagens e representações de si*. Isto dá lugar à emergência de um profundo sentimento de unidade, de coerência, de estabilidade e de permanência no tempo, permitindo ao indivíduo reconhecer-se a si próprio nos vários momentos e relativamente aos outros. Esta conceção mais generalizada de si (...) é o *conceito de si* (L’Ecuyer, 1978, p.30).

A elaboração de um *conceito de si* é um ponto de chegada da *representação acerca de si próprio* – apesar de esta não ser nunca um processo acabado pois que este, na sua forma definitiva, jamais é alcançado. Além deste carácter gradual e inacabado é importante referir que, embora transcenda os elementos experienciais e perceptuais na base da sua constituição, nunca deixa de os ter enquanto sistema de referência, uma vez que não pode subsistir sem o seu permanente contributo.

3. A ABORDAGEM FENOMENAL

L’Ecuyer (1978, p.40) engloba sob esta designação todas as posições de um conjunto de “investigadores [que] trabalharam ou ainda trabalham com base em perspetivas teóricas ou metodológicas que os situam perfeitamente ao nível do vivido experiencial (...)”. Por conseguinte, segundo este autor, a expressão abordagem fenomenal⁷ abrange duas tendências: a abordagem individualista – que agrupa cientistas cujos trabalhos se inspiram sobretudo em teorias individuais ou clínicas da personalidade (representada aqui por Carl Rogers) e a abordagem social, inspirada nas teorias da Psicologia Social e que procura estudar o *conceito de si* enquanto em relação com outrem (aqui ilustrada pela perspetiva de Georges Herbert Mead).

3.1. A TEORIA DA PERSONALIDADE DE ROGERS

O sistema teórico desenvolvido por Carl Rogers mostra uma dupla influência: por um lado, da teoria fenomenológica e, por outro, da Psicologia da *Gestalt* (Butler, 1968). O postulado fundamental desta abordagem é a noção de tendência no sentido da atualização: correspondendo esta última à propensão do organismo para desenvolver todas as suas potencialidades de modo a favorecer a própria conservação e expansão. Conduz assim a uma progressiva autonomia bem como a um cada vez mais fácil controle das forças exteriores –

⁷ L’Ecuyer (1978, p.40) “optou por substituir abordagem fenomenológica (...) pela expressão abordagem fenomenal”, a fim de evitar uma terminologia facilmente assimilável à das correntes filosóficas.

orientando-se no sentido da unidade. No entender deste autor, “uma vez que a tendência para a atualização rege o organismo na sua totalidade, exprime-se igualmente no setor da experiência que corresponde à estrutura do *eu*” (Rogers e Kinget, 1969, p.173)

A estrutura do *eu* (*moi*)⁸ que se desenvolve à medida em que o organismo se diferencia constitui

“(…) uma configuração de *percepções do si* (*self*) organizada, as quais são suscetíveis de serem admitidas à consciência. É composto por elementos como as percepções de cada um de nós sobre as suas próprias características e capacidades; as *percepções e os conceitos do si* (*self*) em relação aos outros e ao meio exterior; e as qualidades valorativas que são percebidas como tendo uma valência positiva ou negativa” (Rogers, 1968, p.438). ”

Segundo Rogers, o *si* representa “uma *Gestalt* que se modifica, não tanto por via de adições ou subtrações, mas mediante a organização e a reorganização”. Consequentemente, deste ponto de vista, pode ser encarado como um sistema cuja “(…) significação vivenciada é suscetível de mudar sensivelmente, ou mesmo de se inverter, na sequência de uma modificação de qualquer um dos seus elementos (...)” (Rogers e Kinget, 1969, p.182).

Efetivamente, nesta ótica, o *conceito de si* é uma *Gestalt* conceptualmente consistente, a qual deriva das percepções do ‘eu’ (*I*) ou do ‘mim’ (*me*) que o sujeito vai formulando ao longo do desenvolvimento em resultado das suas experiências na interação com os outros significativos (Butler, 1968).

Além disso, neste contexto, a tendência do *si* à atualização “representa um aspeto secundário da tendência atualizante” (Rogers e Kinget, 1969, p.174).

De facto,

“a tendência de auto-atualização é um subsistema da tendência orgânica básica de atualização e constitui uma consequência do desenvolvimento do *conceito de si*”. Por conseguinte, é preciso encarar a atualização de *si* como “(…) a atualização daquela parcela da experiência do organismo que se encontra simbolizada no *conceito de si*” (Rogers e Kinget, 1969, p.179).

Em suma, é de sublinhar que, para Carl Rogers, o papel preponderante do conceito de *si* resulta do facto de este constituir uma espécie de sistema regulador relativamente às trocas entre o organismo e o exterior. Com efeito, a unificação da tendência de atualização do organismo depende da relativa congruência que exista entre a experiência do *si* e a experiência global; se estas experiências forem contraditórias, a oposição existente entre as duas tendências de atualização desencadeia uma situação conflitual de tal modo importante que contraria as necessidades de manutenção e de expansão do organismo na sua totalidade.

3.1.1. O desenvolvimento do *si*

No entender de Rogers, o desenvolvimento do *si* faz-se essencialmente em função de um conflito entre processos de avaliação⁹. Cada avaliação é efetuada mediante a atribuição de

⁸ L’Ecuyer (1978, p.20) lembra que “Kinget (...) traduz o *si* (*self*) nos escritos de Rogers pela palavra *eu* (*moi*) em vez de *si* (*soi*). [No seu entender] Esta tradução infelizmente não faz mais do que aumentar a confusão no plano terminológico (...)”

⁹ G. Stangvik (1979) considera que se pode comparar o conflito, tal como o descreveu Rogers, com aquele que Freud considera existir entre o princípio do prazer e o princípio da realidade.

um valor às simbolizações e às integrações da experiência que servem as necessidades básicas do organismo” (Rogers e Kinget, 1969)

É neste contexto que “*é atribuído um valor positivo às experiências de si que satisfazem a necessidade de uma consideração de si positiva. Neste sentido, as autoavaliações têm uma função adaptativa*” (Stangvik, 1979, p. 80).

As fases iniciais do desenvolvimento dos critérios de avaliação são caracterizadas pela sua natureza predominantemente orgânica; posteriormente, outros critérios impõem-se ao sujeito, nomeadamente os relativos ao seu contacto com a estrutura social. Com efeito, é a partir do conflito entre as necessidades individuais e as inerentes à estrutura social que o *si* se diferencia, desenvolvendo o indivíduo assim uma necessidade de consideração positiva da parte dos outros. Efetivamente, o *si* vai fazendo a sua evolução e a sua exteriorização paralelamente ao desenvolvimento deste princípio, que é essencial para explicar a integração da experiência. Além disso, pode dizer-se que para Rogers,

“(…) um *conceito de si* inadequadamente simbolizado emerge quando o indivíduo, no decurso do seu desenvolvimento começa a ter a necessidade de um olhar favorável por parte dos outros e uma análoga e consequente necessidade de experimentar um olhar favorável acerca de si próprio, mas percebe-se a si mesmo como sendo apenas condicionalmente apreciado e amado pelos outros (Butler, 1968, p.179).”

A consideração positiva acerca de si traduz-se, portanto, na percepção que o sujeito tem acerca de si próprio, de tal modo que as experiências que lhe dizem respeito sejam associadas a uma valoração positiva. Relativamente a esta atribuição, Rogers (1968, p.439) explicita que

“parece existir uma tonalidade emocional positiva sempre que a estrutura do *si* (*self*) se encontra firmemente organizada, e um sentimento negativo acerca de *si* (*self*) quando a organização deste é ameaçada por experiências que são vaga ou consistentemente incongruentes com a sua estrutura”.

Acresce que esses valores – interiorizados pelo *si* no decurso da interação social – constituem uma parte integrante deste, uma vez que o sujeito, “(…) incorpora (a) apreciação condicional (da parte dos outros) no seu *conceito de si* e, subsequentemente, avalia as experiências com base nas apreciações condicionais em vez de o fazer em termos da sua tendência básica de atualização” (Butler, 1968, pp.179-180).

Podemos ver assim de que modo a avaliação de experiências exteriores é, por seu turno, influenciada pelo *si* que as interpreta em função da sua constituição interna do momento. Com efeito, “(…) por ocasião de cada acontecimento, por vezes insignificante, a atitude [*do si*] relativamente a si próprio altera-se ocasionando uma modificação considerável (…)” (Rogers e Kinget, 1969, p.182).

Por conseguinte, o *si* constitui um critério auxiliar de ajuda através do qual o organismo seleciona a experiência. Isto torna-se possível pois a tendência de atualização do *si* constitui um subsistema diferenciado a partir da tendência primária de atualização. Ora, a capacidade de modificação da estrutura do *si* é maior quando o indivíduo se encontra numa situação em que não está a ser ameaçado e em que se sente bem aceite. Neste caso, as experiências relativas ao *si* são corretamente simbolizadas e integradas em consequência do acordo entre o *si* e a experiência. É a este nível que o *si* aparece como um mecanismo regulador do comportamento.

3.2. A ABORDAGEM SOCIAL DE GEORGES HERBERT MEAD

A teoria do interacionismo simbólico de Mead¹⁰ concebe o *si* como uma estrutura – nitidamente distinta do corpo – que não existe à nascença, desenvolvendo-se na interação social.

O processo social a partir do qual o *si* tem origem implica a interação dos indivíduos num grupo que lhes é préexistente. É com relação ao *si* dos outros membros do seu grupo social que o *si* do sujeito se diferencia, seguindo estritamente o modelo de comportamento específico do grupo social ao qual pertence; é também neste enquadramento que o *si* adquire a sua unidade e assume o seu carácter de objeto para si-próprio.

As atitudes e valores do grupo social são transmitidas ao indivíduo através da interação social, consubstanciando-se nos símbolos relativos ao *si*. O próprio contexto em que esta simbolização ocorre é definida em termos sociais.

Mead considera que é a partir da diferenciação progressiva do *si* no decurso da atividade e da experiência social que o sujeito constrói um *si* completo que compreende a organização das atitudes comuns ao seu grupo. Consequentemente, o *si* é aqui encarado como sendo constituído por certos aspetos parciais cuja integração precisaria ainda de ser feita. Neste enquadramento,

“A unidade e a estrutura do *si* completo refletem as do processo social como um todo; assim, cada um dos *si* elementares que o compõem reflete a unidade e a estrutura dos diferentes aspetos deste processo em que o indivíduo está empenhado” (Mead, 1963, p.122).

Contudo, o *si* não pode ser reduzido a uma simples organização de atitudes sociais, uma vez que a sua essência de ordem cognitiva diz respeito à integração ativa da experiência. Além disso, de acordo com a conceção teórica do referido autor, a transmissão das atitudes, assim como as da linguagem e dos símbolos assumem um importante papel. Com efeito, é ao criar formas linguísticas e os códigos que lhes são específicos que a estrutura social assume a sua função de transmissor cultural e de modelador dos comportamentos dos indivíduos.

A criança diferencia o seu *si* durante o processo de socialização sob a influência das pessoas que a cercam e que integram o conjunto dos outros para ela significativos. São as exigências, as imposições, as ordens, os receios, as punições e as aspirações a seu próprio respeito que vão constituir as pressões sociais a que a criança deve ser submetida para que o seu *si* se diferencie. Ora, esta diferenciação efetua-se pelo assumir do papel do outro; consequentemente, é através dela que o sujeito se torna capaz de agir para consigo mesmo de modo análogo ao que os outros fazem, estabelecendo, por esse meio, as bases do seu *si*.

Como afirma Vandenplas-Holper (1979, p.77) “A interação humana é um processo no qual os parceiros sociais interpretam as intenções uns dos outros e reagem com base nessas interpretações”. Esta interação efetua-se através da comunicação, mediante um sistema simbólico. Mas a importância desta comunicação, segundo Mead (1963, p.127) “*reside no facto de ela fornecer uma forma de comportamento, em que o organismo ou o indivíduo podem tornar-se um objeto para si-próprios*”. Com efeito,

“é graças à interiorização dos gestos, que se transformam em atitudes, que o sujeito consegue colocar-se no lugar do outro e fazer surgir em si-próprio a atitude que a sua ação irá provocar no seu parceiro. ‘Colocar-se no lugar do outro’

¹⁰ Cf. Mead, G.H. (1963). *L'Esprit, le soi et la société*, 1963, pp.115-192.

é desde logo o processo através do qual o sujeito, com a finalidade de comunicar, adota mentalmente a atitude do outro (...). No decurso do desenvolvimento, esta atitude irá dirigir-se para o próprio sujeito, o qual adotará assim, a atitude de outrem relativamente a si mesmo; ou seja, irá ver-se como o outro o veria.”

3.2.1. Jogo, desempenho de papéis e o desenvolvimento do *si*

O desenvolvimento do *si* é constituído, segundo Mead (1963, p.134), por duas fases distintas:

“(...) na primeira, o *si* constitui-se simplesmente através da organização das atitudes particulares que os outros tomam, a respeito do próprio e relativamente a si-mesmos, nos atos sociais específicos em que o sujeito participa juntamente com eles. Mas, na segunda fase do desenvolvimento completo do sentido de um *si*, este último não se constitui apenas com base em atitudes sociais particulares, mas também com base nas atitudes sociais do outro-generalizado, ou do grupo social a que o sujeito pertence, tomado como um todo”.

Esta capacidade de generalização das atitudes sociais do outro só se desenvolve tardiamente na infância. É o jogo de regras que vai permitir a organização do *si*, através de uma certa lógica interna que possui. Esta lógica consiste num certo fim a atingir que implica as ações interligadas dos sujeitos. No entanto, é preciso também que as ações não estejam em contradição com as dos outros participantes, obrigando assim a uma ligação unificadora e orgânica das atitudes, suscetíveis de serem recíprocas ou, pelo menos, de serem perspectivadas em reciprocidade. Neste enquadramento, como refere Mead (1963, p.131) “a diferença fundamental entre o jogo livre e o regulamentado é que neste último a criança tem de ter em conta as atitudes de todos os que nele participam”.

Antes desta fase do desenvolvimento do *si*, no jogo livre, a criança era já capaz de assumir certos papéis, mas estes últimos não mantinham relações diretas com os dos seus parceiros. Com efeito, a sua atividade lúdica, embora muitas vezes levada a cabo juntamente com outras crianças, não era mais do que uma simples sucessão de papéis sem nenhuma interdependência uns com os outros. Mead (1963, p.135) defende que esta falta de coerência interna é aliás característica da criança antes dela ter adquirido a capacidade de assumir o papel de outra pessoa, a qual se pode observar no jogo de regras. No seu entender,

“A criança, num certo momento, é um determinado ser e, mais tarde, torna-se num outro; de tal modo que a sua identidade atual não determina assim o que virá a ser daí a alguns instantes. (...) Não está organizada como um todo. A criança não tem, portanto, nem um determinado carácter, nem qualquer personalidade definida”.

As circunstâncias que encontramos, designadamente no jogo de regras, quando o sujeito assume um determinado papel, ilustram a situação em que tem lugar a organização do *si*, a qual resulta da capacidade que o próprio tem de tomar ele mesmo a atitude de todos os outros parceiros que estão a jogar, sabendo adaptar-se, de maneira complementar, aos papéis dos outros participantes. De facto, é “na medida em que a criança adota efetivamente a atitude de outrem que [isso] lhe permite determinar o que irá fazer em relação a um fim comum, torna[n]do-se um membro orgânico da sociedade” (Mead, 1963, p.135).

Esta situação, que encontramos primeiramente no jogo de regras, prossegue-se noutras situações ao longo da infância. De facto, a criança “(...) adota continuamente as atitudes do

meio que a cerca, em particular os papéis daqueles que a um qualquer título a controlam ou de quem depende “(Mead, 1963, p.137).

Mas para que lhe seja possível atingir este nível, tem já de ter presentes na sua própria experiência as atitudes dos outros, pois a situação de jogo implica que a criança tenha adquirido a representação dos papéis dos outros e que consiga, para além disso, fazer generalizações, dominando a complementaridade que os liga com os papéis que está ela própria agora a desempenhar.

Assumir o papel do outro implica, portanto, conseguir apreender as características do papel de outrem. A discriminação entre estes diferentes papéis tem duas origens: “(...) o conhecimento acerca das pessoas e sobre o seu comportamento que o sujeito construiu anteriormente, assim como os dados perceptivos que se evidenciam na situação imediata” (Vandenplas-Holper, 1979, p.79).

Smilansky (1968, cit. por Vandenplas-Holper, 1979, p.51) distingue entre o jogo dramático e o jogo sociodramático. A primeira destas atividades lúdicas implica simplesmente que a criança – com base na sua experiência direta ou extrapolando o seu conhecimento do mundo a partir da informação a que teve acesso através dos *media* – imite o outro, assumindo o seu papel. Pode falar-se de jogo sociodramático apenas quando o tema da atividade lúdica é elaborado juntamente com e quando inclui, além disso,

“(...) a imitação de uma personagem, mas ultrapassando esta imitação ao juntar-lhe diversos elementos de ‘faz de conta’, bem como a interação social sob a forma de cooperação, explicações, ou ordens que os diferentes participantes no jogo dão uns aos outros” (Vandenplas-Holper, 1979, p.51).

É este nível de complexidade do assumir do papel que parece estar mais próximo do que Mead (1963, p.136) situa como marcando o início da personalidade do sujeito. De facto, como referimos anteriormente, pode considerar-se que esta se constitui após duas fases bem diferenciadas em que.

“(...) em primeiro lugar, a criança desempenha papéis sucessivos (joga assumindo o papel de papá, depois o de soldado, etc.); num segundo estágio, a criança organiza ao mesmo tempo a sua consciência dos papéis que supõe que são desempenhados pelos outros assumindo um papel em resposta a esta organização. (Assim, organiza os papéis desempenhados pelos seus pais, os seus avós, os seus irmãos e irmãs, num sistema de papéis aos quais dá resposta desempenhando um papel que em parte é criado. (Thinès e Lempereur, 1975, p.847).

É preciso sublinhar que o assumir dos papéis não depende exclusivamente de um conhecimento mais ou menos vasto dos papéis de outrem, mas depende sobretudo, em larga medida, da possibilidade de descentração social da criança, a qual apenas é adquirida por altura do surgimento do jogo de regras. É esta descentração que lhe torna possível tomar do papel do outro mediante a aceitação, mais ou menos implícita, da reciprocidade ou da complementaridade do seu próprio papel relativamente aos papéis dos outros.

Esta descentração social é da mesma natureza que a descentração perceptiva estudada por Piaget, segundo o qual a diferenciação do ponto de vista próprio relativamente ao de outrem nunca é adquirido, de um modo geral, antes da idade de sete anos. A este propósito, Vandenplas-Holper (1979, p.79) lembra que “um grande número de investigadores que estudam o desenvolvimento do conhecimento social na criança admite que este obedece aos

mesmos processos de conhecimento do mundo físico deles apenas diferindo pelo seu conteúdo”.

Com efeito, a descentração social conduz não somente a uma capacidade para compreender o ponto de vista do outro numa situação social de interação – seja ela competitiva ou cooperativa –, mas permite também que a criança consiga ligar a perspectiva e os sentimentos de outrem com o seu próprio papel, assim como com os comportamentos que, numa dada situação específica, lhe são inerentes.

3.2.2. A estrutura do *si*

A capacidade de integrar os diversos *si* num todo – isto é, num *si* organizado que possa corresponder às necessidades levantadas pelas situações sociais – constitui para Mead uma consequência expectável das diferentes etapas da construção do *si* que acabamos de enunciar.

Apesar da referência comum a um quadro social bem preciso, este *si* integrado deve, no entanto, ser diferente de todos os outros, embora seja assente em princípios gerais que podem ser destacados das normas do grupo social a que o sujeito pertence. De facto, Mead (1963, p.139) considera que “(...) *nós não somos somente o que há de comum a um todo [pois] cada um de nós difere de todos os outros*”.

Para além disso, o *si* possui uma certa coerência interna que lhe permite manter uma determinada identidade através da evolução e da mudança, a fim de que o comportamento sujeito possa ser previsível. Relativamente a esta conceção de uma certa coerência do *si*, pode-se também defender que

“não se pode distinguir nitidamente entre os nossos próprios *si* e os dos outros, pois os nossos apenas existem e entram na nossa experiência na medida em que os dos outros existem e uma vez que, nessa qualidade, entram enquanto tal na nossa experiência” (Mead, 1963, p. 139).

Erik Erikson (1972, p.222) compara a identidade, num sentido mais genérico, com a noção de *si* tal como Mead a concebe. Ora, para este último, “O indivíduo apenas possui um *si* em relação com o *si* dos outros membros do seu grupo social; a estrutura do seu *si* exprime e reflete esse grupo e o modelo geral do grupo social a que ele pertence” (Mead, 1963, p.139).

A noção de identidade do *eu* está também próxima da realidade das crises psicossociais típicas da infância. Efetivamente, para Erikson, (1972, p.222), “(...) se o *eu* é concebido como uma instância de organização central (...), em cada estágio da vida devemos contar com um *si* em mutação que torna necessário que seja sintetizado com os *si* abandonados ou antecipados”.

4. A ABORDAGEM PSICANALÍTICA

O conceito de *si* (*self*) é um dos aspetos fundamentais da literatura psicanalítica anglo-saxónica nos últimos vinte anos. No entender de Pontalis (1975), a tradução deste termo para a língua francesa constitui um obstáculo semântico ou mesmo epistemológico, que obsta a uma verdadeira convergência teórica entre a escola inglesa e a Psicanálise francesa. Na verdade, como refere Anzieu (1975, p.271), para esta última o *si* (*self*) “(...)”, mais do que representar efetivamente uma noção nova é sobretudo o ressurgimento de uma conceção anterior que se presumia ultrapassada”; no seu entender, o problema principal reside no facto de o *self* fazer “*parte integrante de uma experiência linguística e social privada, de todos os*

dias (...)” pelo que se torna essencial “o afastamento entre o registo do self e o do nosso si” considerando que, “(...) o primeiro evoca um espaço pessoal ou melhor a experiência desse espaço pessoal próprio (como se diz, o corpo próprio), o segundo uma ancoragem a uma referência fixo, marcado em si por uma forte interioridade” (ibidem, p. 272).

Seria assim possível distinguir dois eixos fundamentais nas posições acerca do *self*, a primeira das quais

“(...) consiste em assimilar o *si* à pessoa na sua totalidade. Uma tal assimilação é, por um lado, implícita na maior parte dos casos (...), além disso tem por objetivo reagir ao excesso de objetivação (...) em que o sujeito se apaga, desaparecendo na manipulação das instâncias”. (Anzieu, 1975, p.280).

A segunda¹¹, que deriva das concepções de Hartmann, sublinha a diversidade das significações e das significações do *eu* em Freud. Nesta perspetiva,

“ (...) conviria (...) estabelecer uma diferença rigorosa, por um lado, entre o *eu* enquanto este constitui uma instância, um subestruturador da personalidade e, por outro lado, enquanto este se posiciona como um objeto de amor e de fascínio para o próprio indivíduo (...)” (Anzieu, 1975, p.282).

Assim, pode encarar-se o *eu* segundo duas aceções, em que a primeira respeita ao *si* (*self*), encarando a pessoa em oposição ao objeto, enquanto a segunda diz respeito ao *eu* enquanto sistema psíquico, opondo-se relativamente às outras subestruturas da personalidade” (Anzieu, 1975; Pontalis, 1975).

Pontalis (1975) critica Hartmann por se ter afastado da concepção freudiana do *eu*, ao instituir uma diferença conceptual marcante entre o *eu* e o *si*¹². Todavia, considera que o seu contributo foi ainda assim útil no que respeita à orientação da pesquisa psicanalítica acerca das “distorções” e as “alterações” do *eu*, inaugurando assim um novo domínio da psicopatologia (patologia do *eu*), assim como relativamente ao estudo mais aprofundado e diversificado das perturbações existentes no que concerne às personalidades narcísicas (patologia do *si*).

A este propósito, apesar das suas críticas face à introdução da noção do *si* (*self*) na Psicanálise, Anzieu (1975, p.274) considera que esta circunstância foi determinada e considerada necessária como consequência da experiência clínica. Acrescenta que essa aparente contradição testemunha o distanciamento salutar que deve existir entre a teoria e a prática, o qual constitui no seu entender uma condição do progresso científico. Com efeito, sublinha que

“(...) se psicanalistas de orientações tão díspares como Edith Jacobson e René Spitz, ou como Winnicott e Guntrip introduziram todos eles o *self* nas suas conceptualizações fizeram-no para tentar responder aos problemas que a análise de certos pacientes lhes colocaram e não para demonstrar a insuficiência ou as carências da metapsicologia freudiana.”

¹¹ A única que retemos neste texto.

¹² No entanto, esta diferenciação já estava presente nos textos de Freud em língua alemã, sob a designação de “*Ich*” e de “*Selbst*”.

4.1. O EU NA PSICOLOGIA PSICANALÍTICA DE HEINZ HARTMANN

A concepção teórica de Hartmann – que pode ser situada como um dos contributos mais importantes de entre as abordagens da Psicologia Psicanalítica – é essencialmente caracterizada por uma nova ótica relativamente ao sistema do *eu*. Contudo, enquanto objeto de estudo, esta instância do aparelho psíquico foi muitas vezes negligenciada pela psicanálise. Na verdade, embora Anna Freud (1949)¹³ lhe tenha atribuído uma importância central foi Hartmann quem alterou a perspetiva segundo a qual até então era encarado o *eu*, ao aceitar como um dos pressupostos fundamentais da sua abordagem que o *eu* não pode nunca ser considerado somente como o simples resultado dos confrontos entre o *id* e o mundo exterior.

Com efeito, para este autor (Hartmann, 1968, p.6), o *eu* tem de ser entendido para além do seu carácter defensivo – aspeto esse de que não nega a importância – como a sede de funções autónomas, de regulação e de adaptação à realidade, enquanto “a esfera do *eu* livre de conflito”.

Ora, as funções deste *eu*, assim definido, centram-se na sua relação com a realidade (Hartmann, 1975^b, p.42); deste ponto de vista, constitui um órgão específico de adaptação, enquanto instância que

“(…) controla os aparelhos da motricidade e da percepção; testa as propriedades da situação em presença, da que se aproxima (...) e antecipa as propriedades das situações futuras, [Para além disso], o *eu* desempenha o papel de mediador entre estas propriedades e as exigências das outras organizações psíquicas.”

Na verdade, esse *eu* é encarado como um sistema psíquico que, para além do controle sobre a motricidade e a percepção, encontra as soluções e dirige as ações necessárias para as levar a cabo. Importa, contudo, sublinhar que “(…) um certo número de funções do *eu* que estão em relação com o aparelho de que este dispõe são desenvolvidas em larga medida fora do alcance da esfera do conflito psíquico (...)” (Hartmann, 1945, p.28). Com efeito, é necessário além disso “(…) estudar de que modo a natureza e a intensidade da defesa está dependente das funções do *eu* na sua esfera livre de conflito (...)” (*ibidem*, p. 11).

No entanto, para além do papel que o *eu* assume na perspetiva de Hartmann, é possível ainda identificar uma outra divergência fundamental relativamente à origem desta instância do psiquismo, cujas raízes mergulham na distinção primordial entre o *si* e o não-*si*¹⁴.

Segundo Freud¹⁵, desde o nascimento que existe uma diferenciação gradual do *eu* a partir do *id*; conseqüentemente, o *eu* seria o resultado final deste processo de diferenciação, opondo-se-lhe enquanto organização altamente estruturada. Pelo contrário, Hartmann (1964^b, p. 79) considera que

“(…) tanto o *ego* como o *id* se desenvolveram enquanto produtos de uma diferenciação com base na matriz dos instintos animais. Foi a partir daí que, por meio da diferenciação, não só resultou o *ego* – esse ‘órgão’ humano especial, mas também o *id* (...)”.

¹³ Publicado pela primeira vez ainda em 1936 em Viena de Austria, a sua obra *Le moi et les mécanismes de defense*, editado pela P.U.F., a partir de 1949, constitui uma importante referência.

¹⁴ A natureza do *eu* estaria estreitamente ligada ao que Freud aceitou ser o *ego*-corporal ou o *self*. (Cf. H. Hartmann (1964^b). *Comments on the psychoanalytic theory of the ego*, p. 80).

¹⁵ Cf. S. Freud (1923). *Le Moi et le Ça*.

Hartmann (1975^b, p.48) defende que “(...) um certo número de funções do *eu* que estão em relação com o aparelho de que este dispõe são desenvolvidas em larga medida fora do alcance da esfera do conflito psíquico”. Tendo em conta que quer os aparelhos quer os reflexos inatos não constituem parte integrante do *id*, deve-se colocar a hipótese da existência de uma fase indiferenciada nos primórdios da existência, durante a qual se formariam gradualmente tanto o *id* como o *eu*. Nesta ótica, nessa altura

“(...) ocorreria uma maturação dos aparelhos psíquicos que seriam em seguida controlados pelo *eu* e postos ao serviço da motricidade, da percepção e de certos processos de pensamento. Nestes domínios, a maturação teria lugar na ausência da organização total do *eu*; essas funções só seriam plenamente integradas após a formação do *eu*. Seria assim apenas quando a diferenciação tivesse tido lugar que o ser humano ficaria equipadpo com um órgão de adaptação especializado”.

Se aceitarmos este ponto de vista, estaremos a admitir a existência de certos aparelhos logo desde o início da vida, os quais são postos ao serviço do desenvolvimento. Entre eles – que existiriam previamente à diferenciação entre o *id* e o *eu* – Hartmann (1968) identifica-os sob a designação de aparelhos do *eu* inatos, considerando que após a referida diferenciação ter ocorrido seriam de modo unívoco postos ao serviço do *eu*.

Segundo este autor, para além de estes aparelhos constituírem um suporte material, o *eu* dispõe ainda de uma energia que lhe é própria, a qual está estreitamente ligada à “força do *eu*” (*ego-strength*), ou seja à eficácia do *eu* relativamente à sua própria organização interna, assim como no que respeita aos aspetos defensivos de que dispõe. O índice desta força é expresso na capacidade que o *eu* testemunha no que respeita à mobilização da sua energia específica, com base na neutralização e na dessexualização, respetivamente, da energia agressiva e da energia sexual.

Hartmann (1975^b, p.211) considera que é esta energia agressiva desencadeada pela frustração que vai constituir a fonte de energia específica que vai estar à disposição das funções do *eu*, mediante processos de neutralização das pulsões agressivas ativadas pelas frustrações. Com efeito, é necessário que a criança sofra uma frustração parcial para que lhe seja possível distinguir entre o *si* e o *objeto*; todavia há que ter igualmente em conta que

“(...) a privação é uma condição necessária, mas sem nenhuma dúvida insuficiente para o estabelecimento de uma distinção entre o *si* e o *objeto*. O processo de distinção entre eles contém um aspeto cognitivo ou percetivo, dependendo por isso da maturação percetiva da criança.”

Em suma, podemos afirmar que, no que concerne à indefinição entre *si próprio* e o mundo exterior, são as frustrações e as separações da mãe que vão ajudar a criança a perceber-se enquanto uma entidade distinta. Com efeito, a primeira etapa do desenvolvimento humano tem sobretudo a ver com a capacidade gradual do sujeito para distinguir entre o que é ele próprio e o que é o mundo que o rodeia.

4.1.1. As identificações precoces

No entender de Jacobson (1975, p.48) o primeiro tipo de identificação da criança efetua-se através de uma espécie de representação da fusão existente entre si-próprio e a figura materna, quando da exacerbação das tensões ocasionadas pelo facto de as necessidades do

sujeito não terem sido satisfeitas¹⁶. Efetivamente, “esta função vem acompanhada de um enfraquecimento momentâneo das funções perceptivas e (...) do regresso a um estado anterior, menos diferenciado que o que caracteriza os inícios da formação do *eu*”.

Para Hartmann (1975^b, p.211) o papel da identificação consubstancia-se num mecanismo que preside à diferenciação do aparelho psíquico e, portanto, à formação da personalidade nos seus começos primordiais. No entanto, tal como este autor sublinha, trata-se de um processo que é bastante difícil de precisar. De facto,

“É possível remontar às origens da identificação aos impulsos do *id* que aspiram à incorporação; de facto o mecanismo psíquico da identificação é um correlato e é edificado com base no modelo desta aspiração. Nas fases iniciais do desenvolvimento do seu *eu*, a criança depende dos adultos no que respeita às suas relações com o mundo exterior; participa nas suas reações e adquire deste modo as suas formas de resolver os problemas e de dar resposta às necessidades urgentes.”

Por último, é importante ter em conta que Hartmann considera que o papel das identificações varia bastante em função do nível de desenvolvimento do *eu* que as configura. Assim, as primeiras identificações, aquando da diferenciação entre o *eu* e o não-*eu*, são completamente diferentes das que têm lugar já em presença de uma certa discriminação perante o objeto que satisfaz as necessidades do sujeito, em particular, quando estas se efetuam numa altura em que já exista permanência do objeto.

Por outro lado, as identificações também são diferentes quanto à sua finalidade. Algumas reportam-se a problemas relacionados com a realidade, enquanto outras têm sobretudo um papel estritamente defensivo face a situações angustiantes atuais e outras ainda servem exigências instintivas. Pode assim concluir-se que, na perspetiva de Hartmann, a diferenciação do aparelho psíquico tem um longo caminho a percorrer desde as formas de identificação primitivas.

4.2. O SI NA CONCEÇÃO TEÓRICA DE EDITH JACOBSON

Edith Jacobson (1975, pp.15-16) considera que é conveniente distinguir claramente entre as noções de *eu*, de *si* e de representação de *si*. Ao empregar o termo *si* no sentido que entende que Hartmann lhe confere, esta autora considera que ele “(...) *se refere à pessoa total do indivíduo, incluindo o corpo e as partes do corpo, tal como a sua organização psíquica e as partes que a integram*”. Deve, porém, sublinhar-se que apesar de se lhe atribuir principalmente um valor de “termo descritivo auxiliar que designa a pessoa como um sujeito por oposição ao mundo circundante de objetos”, dividido internamente como “*próprio corpo*”, “*si físico*”, “*si psicofisiológico*” e “*si psíquico*”, a autora explicita bastante nitidamente as etapas genéticas da diferenciação progressiva do *si*, tendo como referência o processo de identificação.

Além disso, Jacobson (1975, p. 23) descreve o modo de expressão da vida psíquica nos primeiros estádios da existência como sendo de natureza eminentemente psicofisiológica. Na verdade, na sua ótica, o *si* primário pode ser encarado como uma matriz psicossomática indiferenciada em que estão presentes simultaneamente forças destrutivas e forças de

¹⁶ Contudo, de acordo com Hartmann e Loewenstein (1962), nesta altura da vida, as identificações fusionais ainda não se encontram integradas no *eu*.

conservação da vida. Deste modo, antes do nascimento, “podemos conceber um estágio inicial (...) caracterizado por um fraco nível de tensão e por uma energia psicofisiológica ainda indiferenciada, de um modo geral repartida e difusa na estrutura do *si* primário, também ela indiferenciada”

No entanto, tal como a autora também salienta (1975, p.29), desde o nascimento da criança que “(...) os processos de descarga aumentam os processos de descarga aumentam com a divisão de vias predeterminadas e preferidas biologicamente para responder à estimulação externa, conduzindo a (...) reações motoras (...) características da espécie (...) e a sensações agradáveis e desagradáveis”. **Ora, são essas discriminações incipientes entre as sensações agradáveis e as desagradáveis que vão poder ser consideradas como os “(...) precursores genéticos dos processos emocionais e intelectuais e das atividades funcionais complexas que se irão posteriormente desenvolver desde os inícios da formação do *eu*”.**

Com efeito, segundo Jacobson (1975), o *eu* constitui-se a partir de uma diferenciação energética e estrutural do *si* primário, *psíquico* – ou melhor ainda psicofisiológico – sob a influência de mecanismos como a introjeção e, ulteriormente, a partir das identificações da criança. Simultaneamente à formação do *eu* – e com base nos traços mnésicos das experiências afetivas agradáveis e desagradáveis, vão-se constituir igualmente as imagens do *si corporal ou físico*. Inicialmente imprecisas e em constante mutação, estas imagens vão evoluindo no sentido de se tornarem representações endopsíquicas coerentes.

A *imagem de si psíquica* inclui critérios de valor e de autocritica inerentes ao *eu* e ao *superego*, estando mesmo o *id* também aí representado, dada a sua comunicabilidade com o *eu*. Todavia, apesar da especificidade de todos estes aspetos que se encontram representados na *imagem de si*, existe uma intuição do *si* enquanto entidade que, não obstante heterogénea, é igualmente dotada de organização. Esta intuição encontra a sua expressão afetiva na experiência de uma identidade própria que se edifica e desenvolve através das identificações.

4.2.1. Os processos de identificação e as *imagens do si*

Jacobson (1975, p.29) considera que a a noção de *imagem de si* não implica necessariamente uma dimensão conceptual, uma vez que, dada a dificuldade de distanciamento que temos relativamente ao nosso próprio *si*, a aplicação das nossas faculdades cognitivas dificulta de algum modo a conceção que formulamos a nosso próprio respeito. Fundamentando-se no que Fenichel (1945) refere a propósito das origens da imagem de *si*, procura situar dois aspetos distintos. Defende assim que

“(...) a *imagem de si* tem duas fontes: em primeiro lugar, a percepção imediata das experiências interiores, as sensações, os processos emocionais e intelectuais das atividades funcionais; em seguida, a *percepção de si próprio* e a introspeção, ou seja, a *percepção do seu próprio si mental e corporal*, [perspetivado] enquanto objeto”.

Por outro lado, a imagem de *si* é encarada, na perspetiva de Jacobson (1975, p.29) como uma entidade muito pouco estável que, nos primeiros meses de vida do bebé, vai emergindo gradualmente a partir de sensações difíceis de discernir a partir da satisfação de necessidades elementares. É nessa altura que começa a emergir e a desenvolver-se um esboço dessa *imagem de si* a partir dos núcleos que são “(...) os traços mnésicos das sensações agradáveis ou desagradáveis que surgem associadas às imagens corporais, sob a influência do autoerotismo das atividades funcionais que começam a ter início e incentivam a exploração lídica e generalizada do corpo”.

O carácter incipiente dessas imagens decorre da dificuldade da criança em identificar – durante o seu primeiro ano de vida – fronteiras precisas entre o mundo interior e o mundo exterior. No entanto, a partir do segundo ano, a partir da introdução de uma nova categoria temporal na sua organização psíquica – o futuro – a criança começa a ser capaz “(...) de estabelecer comparações e de perceber diferenças entre os objetos animados e inanimados – e entre esses objetos e o *si*” (Jacobson, 1975, p.29). Por conseguinte, o desejo de fusão com o objeto de amor que existia previamente, é progressivamente substituído pelo desejo de imitação que tem lugar através da sua capacidade recém-adquirida de estabelecer identificações seletivas.

Este novo tipo de identificações não passa de um compromisso entre a necessidade de fusão, típica dos processos identificatórios primitivos, e a tendência para se autonomizar face ao objeto, desencadeada pelo desenvolvimento e pelo funcionamento do *eu* que a levam a buscar a independência relativamente ao objeto. Todavia, estas identificações que a criança se torna capaz de fazer não são semelhantes, no que diz respeito à sua natureza, à necessidade de fusão das identificações primitivas, nem às imitações puramente formais. Por outro lado, caracterizam-se por terem um significado bastante mais preciso e prosseguirem uma finalidade mais realistas. Ora “A criança atinge essa finalidade através de transformações radicais do *si* que passa a assumir verdadeiramente a partir de agora traços característicos do objeto admirado” (Jacobson, 1975, p.58).

Este processo pressupõe, além disso, que as imagens realistas do *si* da criança sejam distintas das suas imagens ideais, a fim de que possa avaliar o resultado da sua identificação. A distinção progressiva destes dois níveis da *imagem de si* vai ter consequências importantes para o desenvolvimento da identidade, se a entendermos como uma intuição acerca de si próprio que se autopercebe como uma entidade que embora heterogénea não deixa de ser também algo de organizado e que se distingue claramente do meio circundante. Isto é muito importante pois “enquanto que as imagens ideais do *si* orientam a criança cada vez mais para eventuais realizações futuras, as representações realistas de *si* remetem-no para a situação presente e para as etapas pelas quais passou [de tal modo que esta diferenciação das *imagens de si* deve] consolidar o sentimento de identidade de si mesmo no decurso das incessantes mudanças que o sujeito sofre” (Jacobson, 1975, p.59)

4.3. O *SI* E A IDENTIDADE – A ABORDAGEM DE ERIKSON

Erikson (1975, p.222) refere que o termo identidade pode sugerir o que certos autores designaram como *si* (*self*) que ele considera oscilarem entre as conotações que vão da referência “(...) a um sentimento consciente de especificidade individual, a um esforço inconsciente tentando estabelecer a continuidade da experiência vivida, (ou mesmo) com a solidariedade do indivíduo perante os ideais de um grupo”. Assim, é sobretudo Hartmann, de entre os autores que se podem situar no âmbito da *Psicologia Psicanalítica do Eu*, quem melhor esclarece esta questão, “(...) quando, ao discutir o investimento (*cathexis*) dito libidinal do *eu* no narcisismo, chega à conclusão de que se trata aqui sobretudo de um *si* que foi deste modo investido”.

No entender de Erikson, este *si*, entendido deste modo, assume o seu papel ao acentuar seletivamente as identificações que foram significativas para o sujeito ao longo da infância, edificado a partir da integração das imagens de *si* sucessivas que, na adolescência, irão culminar num sentimento de identidade.

Embora Erikson não tenha conseguido estabelecer uma relação efetiva entre a sua própria perspectiva e a de Hartmann, como nos refere Rapaport no seu texto de 1959 – *A historical survey of Psychoanalytic Ego Psychology* –, os desenvolvimentos teóricos dos dois autores são, de certo modo complementares, confluindo para elucidar as relações com o desenvolvimento do *si* no que concerne à problemática da identidade.

BIBLIOGRAFIA

- Allport, G.W. (1961). *Pattern and growth in personality*. New York: Holt, Rinehart & Wilson.
- Allport, G.W. (1955). *Becoming*. New Haven: Yale University Press.
- Allport, G.W. (1943). The ego in contemporary Psychology. *Psychological Review*, 50, 451-478.
- Angelergues, R.; Anzieu, D.; Boesch, E.E.; Brès, Y.; Pontalis, J.-B.; R. Zazzo, R. (1975). *Psychologie de la connaissance de soi – Symposium de l'Association de Psychologie Scientifique de Langue Française*. Paris, P.U.F.
- Anzieu, D. (1975). Naissance et reconnaissance du self. In R. Angelergues, D. Anzieu, E.E. Boesch, Y. Brès, J.-B. Pontalis et R. Zazzo, *Psychologie de la Connaissance de Soi – Symposium de l'Association de Psychologie Scientifique de Langue Française* (pp.271-298). Paris, P.U.F.
- Baldwin, J.M. (1895). *Mental development in the child and the race. Methods and processes*. New York and London: Macmillan & Co.
- Bernoud, T.; Cartron-Guerin, A. (1976). Concept de soi, désirs de changement et réussite scolaire chez des enfants de neuf et onze ans. *Bulletin de Psychologie*, 321(29), 283-287.
- Bertocci, P.A. (1945). The psychological self, the ego, and personality. *Psychological Review*, 52(2), 91-99.
- Brès, Y. (1975). La connaissance de soi chez Platon. In R. Angelergues, D. Anzieu, E.E. Boesch, Y. Brès, J.-B. Pontalis et R. Zazzo, *Psychologie de la connaissance de soi – Symposium de l'Association de Psychologie Scientifique de Langue Française* (pp.17-88). Paris, PUF.
- Butler, J. (1968). Self. In D.L. Sills, (Ed.), *International Encyclopedia of the Social Science*, vol. 10, New York: McMillan & Free Press.
- Cooley, C.H. (1902). *Human nature and the social order*. New York: Scribner's
- Dewey J. (1940). *Expérience et Education*, Paris, Bourrelier (ed.orig. 1938).
- Duyckaerts, F. (1975^a). La connaissance de soi chez Platon. In R. Angelergues, D. Anzieu, E.E. Boesch, Y. Brès, J.B. Pontalis et R. Zazzo, *Psychologie de la connaissance de soi – Symposium de l'Association de Psychologie Scientifique de Langue Française* (pp.94-96). Paris: P.U.F.
- Duyckaerts F. (1975^b). La genèse de la conscience de soi - Intervention suite au rapport de R. Zazzo. In R. Angelergues, D. Anzieu, E.E. Boesch, Y. Brès, J.-B. Pontalis, R. Zazzo, *Psychologie de la connaissance de soi – Symposium de l'Association de Psychologie Scientifique de Langue Française* (pp.205-215). Paris: P.U.F.
- Epstein, S. (1973). The self-concept revisited or a theory of a theory. *American Psychologist*, 28, 404-414.
- Erikson, E. (1972). *Adolescence et crise – La quête de l'identité*. Paris: Flammarion (ed.orig. 1968).
- Fenichel, O. (1946). *The psychoanalytic theory of neurosis*. London: W.W. Norton & Company.
- Freud, A. (1949). *Le moi et les mécanismes de défense*. Paris: P.U.F. (ed.orig. 1936).
- Freud, S. (1968). Le moi et le ça. In S. Freud - *Essais de Psychanalyse* (pp.177-234). Paris: Payot (ed.orig. 1923).

- Fromm, E. (1939). Selfishness and self-love. *Psychiatry. Journal for the Study of Interpersonal Process*, 2, 507-523.
- Glover, E. (1979). *La naissance du moi*. Toulouse: Privat (ed.orig. 1968).
- Gordon, C.; Gergen, K.J. (Orgs.). (1968^a). *The self in social interaction – Vol. I: Classic and contemporary perspectives*. New York: John Wiley & Sons.
- Gordon, C. (1968^b). *Self-conceptions: configurations of content*. In C. Gordon and K.J. Gergen (Orgs.), *The self in social interaction – Vol. I: Classic and contemporary perspectives* (pp.115-136). New York: John Wiley & Sons.
- Gordon, C.; Gergen, K.J. (1968^c). Is the concept of self necessary? In C. Gordon and K. Gergen (Orgs.), *The self in social interaction – Vol. I: Classic and contemporary perspectives* (p.25). New York: John Wiley & Sons.
- Guntrip, H. (1960). *Psychoanalytic theory, therapy and the self*. London: Hogarth Press.
- Hartmann, H. (1968). *La Psychologie du moi et le problème de l'adaptation*. Paris: P.U.F. (ed.orig. 1939).
- Hartmann, H. (1964^a). Commentaires sur la formation de la structure psychique. In H. Hartmann, E. Kris et R.M. Loewenstein, *Éléments de Psychologie psychanalytique* (pp.35-74), Paris: P.U.F. (ed.orig. 1946).
- Hartmann H. (1964^b). Comments on the psychoanalytic theory of the ego (pp. 113-141). In *Essays on ego psychology*. New York: International Universities Press (ed.orig. 1950).
- Hartmann H. (1964^c). Psychoanalysis and Developmental Psychology. In *Essays on Ego Psychology* (pp.99-112). New York: International Universities Press (ed.orig. 1950).
- Hartmann, H.; Kris E.; Loewenstein R.M. (1975^a). *Éléments de Psychologie psychanalytique*. Paris: P.U.F. (ed.orig. 1946).
- Hartmann H. (1975^b). Commentaires sur la formation de la structure psychique. In H. Hartmann, E. Kris et R.M. Loewenstein, *Éléments de Psychologie psychanalytique* (pp.35-74). Paris: P.U.F. (ed.orig. 1946).
- Hartmann, H.; Loewenstein, R. M. (1962). Notes on the superego. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 17, 42-81.
- Hartmann, H.; Kris, E. (1945). The genetic approach in psychoanalysis. *Psychoanalytic Study of the Child*, 1, 11-29.
- Jacobson, E. (1975). *Le soi et le monde objectal*. Paris: P.U.F.
- James, W. (1890). *The principles of Psychology*. New York: Holt.
- L'Écuyer, R. (1978) - *Le concept de soi*. Paris: P.U.F.
- Mead, G.H. (1963). *L'esprit, le soi et la société*. Paris: P.U.F (ed.orig. 1934).
- Mead, G.H. (1913). *The social self*. *Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods*, 10, 374-380.
- Mounoud, P.; Vinter, A. (Org.) (1981^a). *La reconnaissance de son image chez l'enfant et l'animal*. Neuchatel/Paris, Delachaux & Niestlé.
- Mounoud, P.; Vinter, A. (1981^b). Introduction Générale. In P. Mounoud et A. Vinter (Org.), *La Reconnaissance de son Image chez l'Enfant et l'Animal* (pp.7-8). Neuchatel/Paris, Delachaux & Niestlé.
- Oléron, P.O. (Org.). (1981). *Savoirs et savoir-faire psychologiques chez l'enfant*. Bruxelles: Pierre Mardaga.
- Pereira, O.G.; Jesuino, J.C.; Joyce-Moniz, L. (1980). *A criança e o mundo – Antologia de textos de Psicologia do desenvolvimento da criança*. Lisboa: Moraes.
- Perron, R. (1964). La genèse de la représentation de soi. I. Orientations actuelles de la recherche. *Enfance*, 4-5, 357-376.
- Pontalis J.-B. (1975). Naissance et reconnaissance du 'self' - pour introduire à l'espace potentiel. In R. Angelergues, D. Anzieu, E.E. Boesch, Y. Brès, J.-B. Pontalis et R. Zazzo, *Psychologie de la*

- connaissance de soi – Symposium de l'Association de Psychologie Scientifique de Langue Française* (pp.145-215). Paris: P.U.F.
- Rapaport, D. (1959). A historical survey of psychoanalytic ego psychology. Introduction to: Identity and the Life Cycle, by E.H. Erikson. *Psychological Issues*, 1(1), 5-17. New York: International Universities Press.
- Rodriguez-Tomé, H. (1972). *Le moi et l'autre dans la conscience de l'adolescent*. Neuchatel: Delachaux & Niestlé.
- Rogers, C. (1968). The significance of the self-regarding attitudes. In C. Gordon and K.J. Gergen (Eds.), *The self in social interaction – Vol. I: Classic and contemporary perspectives* (p.438). New York: Wiley & Sons.
- Rogers, C.R.; Dymov, R.F. (Eds.) (1954). *Psychotherapy and personality change*. Chicago: University of Chicago Press.
- Rogers, C.R.; Kinget, G.M. (1969). *Psychotérapie et relations humaines, vol. I – Exposé général* (4^{ème} ed.). Louvain/Paris: Publications Universitaires/ Béatrice-Nauwelaerts.
- Sarbin, T.R. (1952). A preface to a psychological analysis of the self. *Psychological Review*, 59, 11-22.
- Sheriff, M. (1968). Self concept. In D.L. Sills (Ed.). *International Encyclopedia of the Social Sciences*, Vol. 14 (pp. 150-159). New York: Macmillan & Free Press.
- Sills, D.L. (Ed.) (1968). *International Encyclopedia of the Social Science*, vol. 10, New York: McMillan & Free Press.
- Smilansky, S. (1968). *The effects of sociodramatic play on disadvantaged preschool children*. Oxford: John Wiley & Sons.
- Spitz, R. (1979). *L'embryogenèse du moi: Une théorie du champ pour la psychanalyse*. Paris: Éditions Complexe.
- Stangvik, G. (1979). *Self-concept and school segregation*. Gotheborg: Studies in Educational Sciences – Acta Universitatis Gothoburgensis.
- Sullivan, H.S. (1953). *The interpersonal theory of psychiatry*. New York: Norton.
- Thinès, G.; Lempereur, A. (1975). *Dictionnaire Général des Sciences Humaines*. Paris: Editions Universitaires.
- Vandenplas-Holper, C. (1979). *Éducation et développement social de l'enfant*. Paris: P.U.F.
- Winnicott, D.W. (1983). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self. In D.W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp.128-139). Porto Alegre: Artes Médicas. (ed. original: 1960)
- Wylie, R.C. (1974). *The self-concept: A review of methodological considerations and measuring instruments*. (Revised edition). Lincoln: University of Nebraska Press.
- Yamamoto, K. (Ed.). (1972). *The child and his image – Self-concept in the early years*. Boston: Houghton Mifflin Comp.
- Zazzo, R. (1975). La genèse de la conscience de soi (la reconnaissance de soi dans l'image du miroir). In R. Angelergues, D. Anzieu, E.E. Boesch, Y. Brès, J.-B. Pontalis & R. Zazzo - *Psychologie de la connaissance de soi – Symposium de l'Association de Psychologie Scientifique de Langue Française* (pp.145-146). Paris: P.U.F.

Syllabus Nº1

O CONCEITO DE SI Reflexões Sobre a Identidade

Este texto - da autoria de Carlos Marques Simões e Helena Ralha-Simões - surgiu pela primeira vez em junho de 1982 com o título *“Concept de soi: notions et théories”*, sob supervisão da Prof.^a Doutora Christiane Vandenplas-Holper da Universidade Católica de Lovaina (Bélgica). Escrito originalmente em francês e agora apresentado na língua portuguesa corresponde a uma tradução revista e adaptada.

Este é o primeiro de uma série de documentos através dos quais o **GREI – Grupo de Estudos Interdisciplinares** – irá disponibilizar elementos para partilha de diferentes pontos de vista em diversos domínios do saber, de modo a contribuir para uma efetiva reflexão interdisciplinar por parte dos seus investigadores.

Os **Syllabus** coligem textos – elaborados anteriormente em enquadramentos académicos, profissionais ou outros – que se considerou merecerem difusão, dada a sua relevância, qualidade ou interesse para fundamentar questões epistemologicamente pertinentes no quadro interdisciplinar. A sua organização, sob a coordenação do Prof. Doutor Carlos Marques Simões, é coadjuvada por investigadores-titulares do GREI ou por outros cientistas e especialistas nos domínios abordados, cuja colaboração seja solicitada para o efeito.

GREI
Grupo de Estudos
Interdisciplinares

